
George Steiner. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Curitiba: Editora UFPR, 2005, 533 pp. Tradução de Carlos Alberto Faraco.

Se o Brasil traduz muito, cerca de 60 a 80 % de seu saber, de acordo com Lia Wyler e Heloísa Barbosa, nada mais salutar, embora com atraso de 30 anos, que finalmente se tenha a publicação da tradução do famoso e importante livro de George Steiner. Talvez essa demora se deva ao fato do livro ter um caráter enciclopédico, pois as reflexões sobre tradução passam pelos campos da filosofia, religião, literatura, história etc.

Depois de Babel é um clássico e referência obrigatória para quem quer aprender mais sobre tradução e linguagem. É destinado, conforme o próprio autor destaca, para os filósofos da língua, os historiadores das idéias, aos especialistas de poética, da arte e da música, aos lingüistas e, obviamente, aos tradutores.

O livro é dividido em seis capítulos: “A compreensão como tradução”, “Linguagem e gnose”, “Palavra contra coisa”, “As demandas da teoria”, “O movimento hermenêutico” e “Topologias da cultura”. Tem como preocupação principal “a tradução entre línguas [...]”, mas é também uma entrada, uma abertura para uma investigação sobre a linguagem em si (p. 72).

Além disso, ao longo das seis partes, a afirmação recorrente é: “traduzir é interpretar”.

Depois de Babel não trata apenas de tradução interlingüística, mas examina também os problemas que a tradução pode suscitar, por exemplo, dentro da própria língua, denominada por Jakobson como “tradução intralingüística”. Esta discussão é feita logo no primeiro capítulo, “A compreensão como tradução”. Para Steiner, os homens realizam um ato de tradução, no sentido completo da palavra, quando recebem uma mensagem falada de outro ser humano. Tempo, distância e diferenças tornam esse ato mais ou menos difícil. Por isso, a comunicação é sempre tradução.

Em “Linguagem e Gnose”, Steiner afirma que “a tradução é necessária em razão de os seres humanos falarem diferentes línguas” (p. 77). Através de um passeio por várias teorias da linguagem (evolucionista, religiosa, filosófica, literária etc), ele tenta responder às questões “Por que os homens falam línguas diferentes e mutuamente incompreensíveis? Como é possível explicar esta confusão?”. Essa discussão é retomada e ampliada no terceiro capítulo “Palavra contra coisa”, demons-

trando aqui toda a sua erudição na matéria.

A parte mais controversa do livro e talvez por isso mesmo, a mais criticada, é quando Steiner, no capítulo quatro, divide a história da reflexão teórica sobre a tradução em quatro períodos. Segundo ele, o primeiro caracteriza-se como o mais empírico e abarcaria de 46 a. C. a 1804, isto é, de Cícero a Hölderlin. Entre essas duas datas, figuram Leonardo Bruni, São Jerônimo, Pierre-Daniel Huet. Du Bellay, Montaigne, Chapman, Dryden, Pope; o segundo período, de teoria e investigação hermenêutica, dá ao problema da tradução uma categoria mais filosófica, iniciando-se com os escritos de Tytler e Schleiermacher, passando por Schlegel e Humboldt. Já os textos de Goethe, Schopenhauer, Matthew Arnold, Paul Valéry, Pound, I.A. Richards, Croce, Benjamin e Ortega y Gasset refletem as descrições da atividade do tradutor e das relações entre as línguas. Essa época comporta uma historiografia da tradução e se estende até Valéry Larbaud (1946); o terceiro momento é o da corrente moderna. No final da década de 40 aparecem artigos sobre tradução automática. Os pesqui-

sadores russos e tchecos aplicam a teoria lingüística e os métodos estatísticos à tradução.; no quarto momento, por volta da década de 60, há o redescobrimto do texto “A tarefa do tradutor” (1923) de Walter Benjamin, dando nova vida aos estudos hermenêuticos, quase metafísicos, sobre a tradução e a interpretação. Nesse época, o estudo da teoria e prática da tradução converte-se em um ponto de contato interdisciplinar: da psicologia, antropologia, sociologia à etnografia etc.. (pp. 246-248).

De acordo com Steiner, apesar da variedade de escritos sobre a arte e a teoria da tradução, o número de idéias originais e significativas é muito limitado, porque depois de dois mil anos de discussões, as idéias e os desacordos sobre a natureza da tradução têm sido os mesmos, isto é, tradução literal *versus* tradução livre ou quando muito, a de uma terceira via, como a da paráfrase proposta por Dryden, um meio caminho entra a tradução literal e a tradução livre.

Se este capítulo é controverso devido à junção e simplificação das teorias, por outro lado, Steiner aponta para um problema ainda atual, o da tradução não ter sido um tema de primeira importância

na história e na teoria da literatura. Somente no curso das últimas décadas se prestou atenção à história e epistemologia da transmissão de sentido, o que se poderia chamar, tecnicamente, de hermenêutica diacrônica.

Após essas discussões é no capítulo 5, “O deslocamento hermenêutico”, que o autor discute a tradução como um deslocamento hermenêutico, através de quatro percursos: 1 Confiança; Convicção; Incorporação, apropriação; Compensação, restituição (p. 303). Para ele, a tradução, vista como interpretação ativa, mesmo do enunciado mais literal, possui uma dimensão hermenêutica. Ao propor sua teoria hermenêutica da tradução, e talvez aqui resida o mérito maior do livro, Steiner chega à conclusão de que a tradução literal está “longe de ser o modo de tradução mais rudimentar e mais evidente, a tradução literal é na realidade o caminho menos acessível. A versão verdadeiramente interlinear é o fim supremo e irrealizável do ato hermenêutico”. Observa ainda que “o literalismo não é, conforme os modelos tradicionais de tradução, o método mais fácil, mas ao contrário é o procedimento mais refinado” (pp. 330-1).

No sexto e último capítulo, “Topologias da cultura”, Steiner retoma a discussão inicial, afirmando que “os problemas epistemológicos e lingüísticos fundamentais que implica a tradução interlingual são fundamentais porque já se encontram contidos em todo discurso intralingual”.

Ao longo de todo o livro, Steiner procura mostrar que uma “teoria da tradução” não pode ser mais que uma teoria ou, mais exatamente um modelo histórico-psicológico, em parte dedutivo, em parte intuitivo, das operações de uma mesma língua. Uma compreensão da compreensão, uma hermenêutica incluirá sempre a

dedução e a intuição. Logo, interrogar-se sobre as condições e a validade da significação equivale a estudar a essência e os limites da tradução (p. 422).

Embora tenha sido escrito em 1975 e desde então muito se tenha publicado sobre o fenômeno tradutório e os tradutores tenham obtido mais visibilidade, *Depois de Babel* ainda não perdeu sua validade, talvez por colocar o seu objeto no centro da comunicação humana, por tratar do assunto de forma panorâmica e por abrir múltiplas portas do fascinante mundo da tradução a todos os interessados.

Andréia Guerini
UFSC
